

## SUMÁRIO

Apresentação	15
Prefácio	17

## QUESTÕES GERAIS

Diversidade das fontes de financiamento da previdência social <i>Fábio Zambitte Ibrahim</i>	21
1 Introdução	21
2 A competência tributária das contribuições previdenciárias no âmbito da Constituição de 1988	22
3 Aspectos concretos ao plano de custeio da previdência social – a delimitação da tributação aos rendimentos do trabalho e suas consequências	30
4 Realidade da Lei n. 8.212/1991 ao excluir rubricas do salário de contribuição – a confusão entre isenções tributárias e “não incidências” constitucionais	32
5 O panorama atual da situação previdenciária nacional	33
6 Conclusão	38
7 Referências	38

Remunerações “pelo trabalho” e “para o trabalho”: desmistificando a incidência da contribuição previdenciária	41
<i>Alexandre Evaristo Pinto</i>	
1 Introdução	41
2 Da remuneração no Direito do Trabalho	44
3 Da incidência da contribuição previdenciária	45
4 Alguns casos práticos	49
4.1 O caso da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)	49
4.2 O caso do bônus de contratação ( <i>hiring bonus</i> )	53
4.3 O caso das <i>stock options</i>	55
5 Conclusões	57
6 Referências	58
Responsabilidade do crédito tributário e reflexos no direito penal	61
<i>Marcello Pedroso Pereira</i>	
<i>Fabyola En Rodrigues</i>	
<i>Henrique Wagner de Lima Dias</i>	
1 Introdução	61
2 Aspectos gerais da responsabilidade penal no Brasil	62
3 Créditos tributários e representação fiscal para fins penais	67
4 Da suspensão e extinção de punibilidade	71
4.1 Da suspensão	71
4.2 Da extinção	76
5 Conclusões	79

## QUESTÕES ESPECÍFICAS

Pagamento baseado em ações: desafios à normatização para efeitos de custeio previdenciário no Brasil	83
<i>Daniel Franco Clarke</i>	
<i>Thais Romero Veiga Shingai</i>	
1 Introdução	83
2 Breves considerações sobre a hipótese de incidência das contribuições previdenciárias	85
3 Qualificação jurídica dos pagamentos baseados em ações	87
3.1 Pagamento baseado em ações como gênero do qual <i>stock options</i> e outras estruturas são espécies	87
3.2 A controvérsia sobre o custeio previdenciário	90
4 Análise dos projetos de lei a respeito do tema	93
4.1 PL n. 2.724/2022	94
4.2 PL n. 286/2015	96
4.3 PL n. 4.153/2021	98
5 Síntese e conclusão	101
6 Referências	102
Os planos de <i>stock options</i> e sua tributação pelo IRPF	103
<i>Fabiana Carsoni Fernandes</i>	
<i>Paulo Coviello Filho</i>	
1 Introdução	103
2 A natureza jurídica dos <i>Stock Options Plans</i> (SOP)	104
3 A incidência do IRPF sobre os benefícios decorrentes de SOP	108
3.1 O entendimento da RFB sobre o tema e as implicações na perspectiva do imposto sobre a renda	109

3.2 Recebimento das ações como remuneração, sem pagamento para aquisição	112
3.3 Aquisição das ações em SOP	114
3.3.1 Os planos mercantis e os planos remuneratórios	119
4 Os projetos de lei em discussão no Congresso Nacional	126
5 Conclusões	130
6 Referências	132
Pejotismo: realidade ou fraude?	135
<i>Carlos Henrique de Oliveira</i>	
1 Introdução	135
2 Prestação pessoal de serviços por pessoa jurídica	136
3 Legislação aplicável	137
4 Proteção social	139
5 Limites da licitude	140
6 Desvirtuamento do pejotismo	143
Pejotização: aspectos controvertidos	147
<i>Ludmila Mara Monteiro de Oliveira</i>	
<i>Sonia de Queiroz Accioly</i>	

A não incidência de contribuição previdenciária sobre o bônus de contratação e sobre o bônus de retenção	161
<i>Halley Henares Neto</i>	
<i>Vitor Veríssimo Borges</i>	
1 Introdução	161
2 A regra-matriz de incidência tributária da contribuição previdenciária	162
3 A natureza jurídica do bônus, em que aspectos se distingue do prêmio e da participação nos lucros ou nos resultados e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	167
4 A natureza jurídica do bônus de contratação e do bônus de permanência e os precedentes administrativos e judiciais sobre a incidência de contribuição previdenciária	171
5 Conclusões	180
6 Referências	182
Cláusula de não concorrência – questões previdenciárias	183
<i>Ludmila Mara Monteiro de Oliveira</i>	
<i>Sonia de Queiroz Accioly</i>	
RAT, FAP e aposentadoria especial	199
<i>Caio Taniguchi</i>	
1 Introdução	199
2 RAT	199
3 FAP	206
4 Aposentadoria especial	209
5 Conclusão	219

Principais controvérsias ainda não resolvidas envolvendo o Fator Acidentário de Prevenção (FAP)	221
<i>Pedro Teixeira Leite Ackel</i>	
1 Introdução	221
2 Principais controvérsias ainda não resolvidas sobre o FAP	222
2.1 Ilegalidade da taxa de rotatividade no cálculo do FAP	223
2.2 Ilegalidade da não retroatividade da exclusão do cálculo do FAP dos eventos de acidente de trajeto e dos eventos que não geraram benefícios	229
2.3 Ilegalidade da inclusão no cálculo do FAP de eventos relacionados a colaboradores desligados antes da concessão do benefício previdenciário ou no período de graça	230
2.4 Ilegalidade da inclusão de eventos decorrentes de um fato acidentário já contabilizado em FAP anterior	232
2.5 Ilegalidade da inclusão no cálculo do FAP de eventos decorrentes de benefícios discutidos em processo administrativo previdenciário	232
2.6 Inexistência de regra de suspensão da decadência da contribuição do GILRAT ajustada pelo FAP enquanto pendente processo administrativo de FAP	234
2.7 Ilegalidade da exigência da multa de mora durante os 30 primeiros dias após o encerramento do efeito suspensivo do FAP	237
3 Conclusões	238
4 Referências	238

Controvérsias relativas à incidência das contribuições previdenciárias sobre a distribuição antecipada de lucros	241
<i>Junia Roberta Gouveia Sampaio</i>	
1 Introdução	241
2 Panorama legislativo	242
3 Presunções em matéria tributária – natureza jurídica do art. 201, § 5º, do Decreto n. 3.048/1999	246
4 Análise das decisões do CARF a respeito da incidência das contribuições previdenciárias sobre a distribuição antecipada de lucros	251
4.1 Acórdão n. 2401-007-309	251
4.2 Acórdão n. 2402-003.821	255
4.3 Acórdãos 2201-004.102 e 2302-002.892	256
5 Conclusões	257
Outros pagamentos intermediários na vida do contrato	259
<i>Cristiane I. Matsumoto</i>	
1 Pacto ou cláusula de não concorrência	259
2 Prêmios	265
2.1 Liberalidade	267
2.2 Habitualidade	269

Contribuições previdenciárias na construção civil	275
<i>Luciana Simões de Souza</i>	
1 Introdução	275
2 Sistemática de recolhimento aplicável às empresas do ramo de construção civil	275
3 Resumo geral das obrigações previdenciárias na construção civil	278
4 Formas de contratação de serviços de construção civil (cessão de mão de obra e empreitada)	280
4.1 Retenção de 11% ou 3,5% (cessão de mão de obra)	282
4.2 Empreitada (global x parcial)	284
5 Aferição de obras de construção civil (regularização de obras)	286
6 Decadência na construção civil	288
7 Conclusão	289
8 Referências	289
Lista de abreviaturas e siglas	293

Retenção na cessão de mão de obra: a ilegal ampliação de requisitos para dispensa nos serviços tomados de sociedades de profissionais liberais	295
--	-----

*Guilherme Peloso Araujo*

*Phillip Albert Günther*

1 Introdução	295
2 Considerações gerais acerca das contribuições sociais previdenciárias	296
3 Contribuição previdenciária patronal e cessão de mão de obra	299
4 Dispensa da retenção da contribuição previdenciária sobre cessão de mão de obra na contratação de serviços profissionais relativos ao exercício de profissão regulamentada por legislação federal	301



5 Violações perpetradas pela Receita Federal do Brasil ao atribuir a responsabilidade pela verificação do conteúdo das declarações fornecidas pelo prestador de serviço para dispensa da retenção da contribuição previdenciária patronal	303
6 Posicionamento do CARF no Acórdão n. 2401-011.307	305
7 Conclusão	308
8 Referências	309

Novas regras aplicáveis ao Programa de Alimentação do Trabalhador e ao Auxílio-Alimentação	311
--	-----

*Gabriela Silva de Lemos*

*Carolina Evangelista Silva Coimbra*

*Isabel Bueno*

1 Introdução	311
2 Restrições legais à concessão de descontos às empresas beneficiárias do PAT	315
3 Restrições impostas pelo Decreto n. 10.854/2021	319
3.1 Análise do art. 175 do Decreto n. 10.854/2021 – vedação ao deságio	320
3.2 Análise dos dispositivos introduzidos no Decreto n. 10.854/2021 pelo Decreto n. 11.678/2023	322
4 Auxílio-alimentação e a legislação previdenciária	327
5 Dedutibilidade das despesas com alimentação do trabalhador	331
6 Conclusão	335